

POLÍTICA

Todo mundo discutindo o mandato de Sarney



Relatores das comissões: prazos em discussão.

Constituinte: como será possível manter esses prazos?

Por falta de quórum, os presidentes e relatores das comissões e subcomissões constitucionais não conseguiram, ontem, decidir sobre a prorrogação do prazo de seus trabalhos, fixado em 65 dias pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e considerado exíguo por muitos parlamentares. A tendência, porém, segundo se depreendeu da minireunião realizada entre os dez dos 64 membros que compareceram, é pela manutenção do prazo fixado.

Depois do encontro, o deputado José Serra (PMDB-SP) disse que a saída é fazer uma redistribuição na estrutura do tempo dos trabalhos, sem alterar a data-limite para promulgação da nova Carta — 15 de novembro próximo. Nesse caso, as subcomissões se reuniriam também à noite, depois dos trabalhos do plenário e, em caso de necessidade, também aos sábados e domingos. Diante da falta de quórum, porém, a decisão só deverá sair de uma reunião marcada para terça-feira próxima.

Mas se depender da disposição até agora demonstrada pelos constituintes será muito difícil adiantar-se os trabalhos com a intensificação das reuniões. Se nem em dias normais eles comparecem (a

falta de quórum tem sido uma constante nas subcomissões), aos sábados e domingos e também à noite isso seria praticamente impossível. Ontem, por exemplo, uma sexta-feira, como sempre ocorre nos fins de semana, a maioria viajou para seus Estados. Se o regulamento fosse levado ao pé da letra nem teria havido sessão da Constituinte: compareceram apenas 40 parlamentares e na abertura havia só 20 presentes ao plenário.

E para a semana que vem, Semana Santa, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, já avisou: a Assembléia vai guardar os feriados de quinta e sexta-feira, decretados pelo presidente Sarney, e não haverá trabalho. Assim, a semana deve terminar já na terça-feira, pois a quarta será utilizada para as viagens dos parlamentares. Isso sem contar os que não comparecerão nem na segunda e na terça, aproveitando para esticar um pouco mais os feriados.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, preferiu no entanto acusar os novos deputados — que resolveram, segundo ele, rebelar-se contra os líderes — e a briga entre o PMDB e o PFL pelo grande atraso nos trabalhos da Constituinte.

As dificuldades de Collor

O grupo de apoio ao governador de Alagoas, Fernando Collor, na sua luta pela moralização do Estado, está menor desde ontem. É que o deputado Antônio Amaral, do PTB (que apóia o PMDB), desligou-se do partido, revoltado com uma notícia publicada no jornal de Collor, sobre seu possível envolvimento no assassinato de um político de Major Isidoro. Na Bahia, por sua vez, o Banco de Desenvolvimento do Estado demitiu ontem 51 funcionários que não

trabalhavam, entre eles alguns fantasmas "notáveis", como Antônio Sérgio Carneiro, filho do ex-governador João Durval. E, no Paraná, disse João Cardoso, do PDT de Apucarana: "A Câmara disparou o gatilho de um canhão". Ele se referia ao reajuste superior a 100% concedido a 15 vereadores. Eles tiveram seus salários aumentados de 5.600 para 12.800 cruzados. Na próxima segunda-feira, a Mesa Executiva será alvo de ação popular.

Quércia explica: não pretendia prejudicar o ministro.

As repercussões positivas e negativas, da reunião dos governadores de São Paulo, Minas, Rio e Mato Grosso do Sul, na última quarta-feira, demonstram que "o País está vivendo um grande vazio político", afirmou ontem o governador Orestes Quércia, garantindo, entretanto, que não pretende preencher esse espaço — sua única preocupação é governar São Paulo. Mas prometeu: "Não vamos ficar quietos". Em Brasília, assessores do presidente até comemoraram a reunião dos quatro governadores, censurando apenas a falta de senso de oportunidade do encontro, uma vez que o principal alvo das críticas, o ministro Dilson Funaro, estava em missão importante no Exterior, representando o governo brasileiro.

Defendendo-se dessas críticas, Orestes Quércia explicou que não pretendia prejudicar o ministro, assim como não queria "desmerecer" o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, "uma pessoa excepcional, uma liderança fabulosa".

O governador mineiro Newton Cardoso, que esteve ontem com o presidente Sarney, reafirmou, antes do encontro, que o governo precisa adotar medidas urgentes e radicais quanto à reforma ministerial, principalmente porque o ministro Dilson Funaro "não está dando conta da empreitada". Terminada a reunião, entretanto, Cardoso cancelou a coletiva que daria em Brasília e evitou os repórteres em Belo Horizonte. Aparentemente, ele conseguiu irritar o presidente ao solicitar o "refinanciamento e reestruturação da dívida mineira", além de reclamar da centralização excessiva feita pela União. Cardoso queria, ainda, autorização para emitir nada menos que 120 milhões de Obrigações do Tesouro Estadual. Nenhum assessor quis comentar a reação do presidente Sarney, mas o comporta-

mento atípico de Newton Cardoso sugeriu que a audiência não surtiu os efeitos desejados.

No Rio, assessores de Moreira Franco garantiram que continuam excelentes as relações do governador com o presidente, e confirmaram que tudo o que foi discutido em São Paulo "estava em consonância com os interesses do governo federal". Na próxima quarta-feira, Moreira irá a Brasília, atendendo chamado de Sarney para uma reunião no Planalto.

Enquanto isso, os políticos continuaram reagindo às declarações dos quatro governadores. "Ninguém fala, isoladamente, pelo PMDB", explicou o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas. "Foi inoportuno", garantiu o ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, defendendo o ministro Dilson Funaro, que trabalha "em uma obra de extrema importância" e tem obtido "ótimos resultados". Idêntica foi a posição manifestada pelo governador da Bahia, Waldir Pires, para quem Funaro deve ser fortalecido.

Reforma ministerial

Na Esplandada dos Ministérios, acreditava-se, ontem, que o ministro Dilson Funaro estaria disposto a pedir sua demissão. Apesar da falta de indicações concretas sobre essa intenção, pois apenas hoje o ministro estará no Brasil, de volta dos Estados Unidos, já se fala em Marcílio Marques Moreira ou Eliezer Baptista para substituí-lo.

No início da próxima semana, o presidente Sarney deverá nomear o economista Michel Gartenkraut para a Secretaria Geral do Ministério do Planejamento. O economista Carlos Lessa, que contava com o apoio do PMDB, ligado aos principais assessores de Funaro, teve seu nome rejeitado. Na disputa, prevaleceu a vontade do genro do presidente e seu secretário particular, Jorge Murad.

25 mil sorrisos de Cardoso

Paletó riscado, camisa branca, gravata preta com tons vermelhos e um meio sorriso. Assim o governador de Minas, Newton Cardoso, será visto em 25 mil paredes do Estado. É a foto oficial do governante, que vai custar aos cofres públicos Cz\$ 8 milhões — a impressão, a quatro cores, é de primeiríssima qualidade, e a moldura em pinho de riga importada da Bélgica. Porém, o responsável pela impressão e distribuição da foto garante que o governo só gastará

Cz\$ 36 mil com toda a tiragem. E o governador de Minas não pára por aí. Através de um comunicado publicado no órgão oficial do Estado, Cardoso quase institucionalizou a figura do "pistolão político," ao determinar a secretários e dirigentes da administração pública que passem a dispensar "prioritária e especial atenção aos assuntos encaminhados pelos senhores senadores e deputados federais e estaduais". Justificativa de um deputado: valorização da classe política.

Ontem foi a vez do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, defender um mandato de quatro ou cinco anos para o presidente José Sarney, durante a abertura de um ciclo de debates promovido pelo Comitê de Imprensa do Senado. Mas antes da definição do mandato pela Constituinte, em sua opinião, deve ser definido o sistema de governo a ser adotado na nova Carta.

Feito isso, sempre segundo Aureliano, deve ser definido, como norma geral, o tempo de duração do mandato

presidencial. A seguir, nas disposições transitórias, seria definida a duração do mandato do atual presidente. Isso porque, explicou, "não se deve inverter a elaboração constitucional, dando preferência àquilo que é circunstancial em detrimento do que deve ser duradouro ou mesmo permanente".

Mas se depender do relator da subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), o presidente Sarney cumprirá apenas quatro anos dos seis previstos na atual Constituição, caso seja mantido o presidencialismo. E se a Constituinte optar pelo parlamentarismo, ele fixará, em seu parecer, um mandato de cinco anos para o presidente.

Fogaça, no entanto, defende a antecipação da definição da duração do mandato do presidente Sarney através de uma manifestação formal da convenção nacional do PMDB. Aguardar que a Constituinte



Aureliano: 4 ou 5 anos para Sarney.

te venha a se manifestar sobre o assunto "é apostar na crise", ponderou. De qualquer forma, em seu parecer, a ser apresentado dentro de 30 dias no máximo, Fogaça acatará a deliberação do PMDB, a despeito de suas convicções pessoais.

O PFL, porém, não desiste de defender para Sarney um mandato de seis anos, como manda a atual Carta. O senador Carlos Chiarelli argumentou, em Porto Alegre, que para alterar o mandato de Sarney teriam de ser convocadas eleições

gerais, simultaneamente, reduzindo também o mandato dos vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores e governadores. Pois só a redução do mandato de Sarney, para ele, significaria "uma cassação, uma discriminação, que não teria como ser defendida perante a opinião pública".

Golpe

Tanto Chiarelli, como o ministro Aureliano Chaves e o governador gaúcho Pedro Simon procuraram minimizar as recentes denúncias sobre a iminência de um golpe militar. Apesar disso, Aureliano chegou a defender a votação da nova Carta no prazo mais curto possível, "pois esse seria o melhor procedimento para evitar qualquer retrocesso institucional".

Chiarelli classificou as denúncias sobre golpe como "injuriosas às Forças Armadas", que, segundo ele, estão empenhadas na preservação da legalidade.

O PT pede diretas. E ameaça uma greve geral.

O PT quer deflagrar uma nova greve geral, na segunda semana de julho. É o que revela o plano da campanha de mobilização popular, cujo tema é "Contra Sarney e a dívida, diretas para presidente", discutido ontem na Assembléia paulista, em reunião da secretaria-geral nacional do partido junto com presidentes e secretários de diretórios regionais.

O plano prevê uma série de manifestações — atos públicos, passeatas e comícios — para impulsionar a campanha, cujo objetivo é "a redução do mandato de Sarney e a suspensão do pagamento da dívida externa, com eleições para presidente e mudança da política econômica". Nessa estratégia está prevista uma preparação de 80 dias — de maio a julho — para a

deflagração de uma greve geral, "em estreita colaboração com a CUT". Além de uma campanha de "boicote do consumidor", em julho, quando a população poderá escolher um ou dois dias por semana para "reduzir o consumo de determinada mercadoria ou serviço".

— Ao justificar a criação da campanha, o diretório nacional acusa o governo de recorrer a "métodos ditatoriais" para reprimir campanhas reivindicatórias dos trabalhadores, ao mesmo tempo que "não move uma palha para impedir a rearticulação da extrema direita, como as ameaças da UDR e os atentados que continuam existindo contra os trabalhadores do campo, militantes sindicais e políticos combativos".

Fotos: Alencar Monteiro.